



SENADO FEDERAL

PARECER N° 380, DE 2016

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 625 de 2007, do Senador João Durval, que *altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor.*

RELATOR: Senador **DOUGLAS CINTRA**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 625 de 2007, do Senador João Durval, que altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor.

A proposição possui dois artigos. O art. 1° acrescenta os §§ 6° e 7° ao art. 54 do CDC: o § 6° para estabelecer que o consumidor poderá solicitar a rescisão do contrato de adesão, entre outros meios, mediante o envio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência registrada para o fornecedor; e o § 7° para prever que o contrato será considerado rescindido, no máximo, até três dias úteis após o recebimento da solicitação enviada pelo consumidor. Já o art. 2° do projeto determina que a futura lei entrará em vigor trinta dias a partir da data de publicação.

O autor justifica que o consumidor tem sido tratado com total desrespeito pelos fornecedores, especialmente pelas prestadoras de serviços de telefonia, cujos procedimentos dificultam sobremaneira o cancelamento de contratos. Afirma ainda que muitas vezes o cancelamento somente é permitido por meio dos serviços de atendimento ao consumidor (SAC), cuja

qualidade de atendimento tem deixado muito a desejar, dificultando a rescisão dos contratos.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor. Como a decisão é terminativa, esta Comissão deve se manifestar também sobre os aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do projeto.

Quanto à **constitucionalidade**, a proposição trata de matéria de competência legislativa da União, conforme o inciso V do art. 24 da Constituição Federal (CF), sendo legítima a iniciativa parlamentar, por não se tratar de tema de iniciativa reservada ao Executivo, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Em relação à **juridicidade**, a regra inova o ordenamento jurídico, com abstração, generalidade, potencial coercibilidade e respeito aos princípios jurídicos pátrios, sendo o projeto de lei ordinária a via adequada para o alcance do objetivo pretendido.

No tocante à **regimentalidade**, a proposição está escrita em termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita e transcrição das disposições de lei invocadas em seu texto, tudo em conformidade com os arts. 236 a 239 do RISF, além de ter sido distribuída à Comissão competente, conforme citado.

Quanto à **técnica legislativa**, a redação da proposição observa os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Finalmente, no **mérito**, embora a medida contribua para o aprimoramento das normas consumeristas, não somos favoráveis à sua aprovação. Isso porque em maio deste ano o Senado Federal aprovou o PLS nº 541 de 2013, que trata do mesmo tema e atualmente encontra-se em fase de revisão na Câmara dos Deputados (PL 1969/2015). A matéria, portanto, encontra-se prejudicada, nos termos do inciso II do art. 334 do RISF.

Embora o teor daquele projeto seja um pouco diferente do conteúdo da proposição ora em análise, entendemos que a matéria restou devidamente tratada no projeto remetido à Câmara dos Deputados. Ademais, ao nosso ver, o PLS nº 541 de 2013 traz as seguintes vantagens para o consumidor, em relação ao PLS nº 625 de 2007: ele alcança todos os contratos, não somente os de adesão; os efeitos do cancelamento operam-se no momento da solicitação do consumidor, ainda que seu processamento dependa de prazo; e o fornecedor deverá disponibilizar ao consumidor os mesmos meios utilizados para a contratação.

Por fim, frise-se que as normas do PLS nº 541 de 2013 já se encontram também previstas no art. 18 do Decreto 6.523, de 31 de julho de 2008, que regulamenta o CDC para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela sugestão de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 625 de 2007.

Sala da Comissão, em 5 de abril de 2016

Senador Otto Alencar, Presidente

Senador Douglas Cintra, Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 05 de abril de 2016 (terça-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE -
CMA

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	3. Telmário Mota (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. VAGO
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PV)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTC)